



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Deputada Zuraida Soares – Declaração Política

Plenário de Julho 2011

Muito se tem discutido e aventado hipóteses, sobre as causas do divórcio, cada vez mais evidente, entre cidadãos e cidadãs e a prática política, divórcio este que tem, nos galopantes níveis de abstenção, a sua mais ilustrativa – e perigosa - forma de expressão.

Para os representantes do Bloco Central de interesses - PS e PSD -, a solução final é sempre a mesma: sob a capa eufemística da ‘aproximação dos/as eleitos/as aos eleitores/as’, a resposta milagrosa será mudar as leis eleitorais, para que a repartição dos lugares, na Assembleia da República, seja controlada.

Contudo, a resposta a este sério problema está mesmo debaixo dos nossos olhos, por muitas que sejam as manobras de diversão, sobre esta matéria.

Ora, reparem bem, Senhoras e Senhores Deputados:

Veio o Senhor Primeiro Ministro, na apresentação do Programa de Governo, afirmar que quer estabelecer um “contrato de confiança” com o País e, portanto, com os/as Portugueses/as.

Diga-se que é preciso desfaçatez para, no mesmo dia em que quebra uma “promessa solene” – classificação do próprio, durante a última campanha eleitoral – vir falar em ‘confiança’.

De facto, em plena campanha, Passos Coelho afirmou: - Não vou aumentar os impostos; os aumentos previstos no Acordo do Memorando da Troika, são suficientes. Mas, se tal for necessário, o PSD compromete-se a aumentar impostos sobre o consumo e nunca (sublinho, nunca) sobre os rendimentos, pois isto só prejudicaria mais o País.

O resultado deste compromisso foi aquilo que se viu: a primeira medida deste Governo da República, assenta numa comprovada mentira.

Confiança?! Como se pode ter confiança em pessoas que mentem, no conteúdo e até chegam ao cúmulo de mentir, na forma, pois o roubo de metade do Subsídio de Natal já tinha sido anunciado, em Bruxelas e a Bruxelas, uma semana antes do relatório do INE?

Acontece que para os/as Açorianos/as, quando o mal vem, vem sempre a dobrar; nesse mesmo dia, foram ainda presenteados com a introdução das taxas moderadoras, nos serviços regionais de saúde.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Por coincidência ou não, Carlos César não quis ficar atrás. Ainda há pouco mais de um ano, a inexistência de taxas moderadoras, na nossa Região, era o exemplo da alma socialista, que pulsava forte, nos Açores, e a prova viva da consciência social desta governação.

Sendo assim, podemos concluir que já não pulsa forte a consciência social, nas hostes socialistas dos Açores. O que ontem era matriz, hoje é lixo. É este o nível da política que os interesses comandam.

Como dizia um cidadão que me interpelou na rua, com um jornal na mão: “Isto é só atacar o pequeno - os de lá e os de cá - e contra os grandes, nada”.

Este cidadão, de forma simples, pôs o dedo na ferida; quer o governo de Sócrates, quer o novel de Passos Coelho, provaram ao que vinham e ao que vêm: a crise é para ser paga pelo povo; a banca, as SGPS, os fundos de investimento, as grandes fortunas, a deslocação de capitais para Off-Shores, as tributações especiais das empresas com grandes lucros, etc, etc, aí, não se toca.

É por isso que é preciso mentir. Não há outra maneira de sacar os votos do povo e servir os grandes interesses financeiros.

A Saúde, aliás, aí está para provar isto mesmo!

Como dizia a presidente do grupo BES - Saúde, há alguns anos atrás: “A Saúde é o maior negócio do mundo, superior ao das armas e ao da droga”.

Aquilo que Sócrates vinha fazendo devagar, devagarinho, para satisfazer estes interesses, à custa do dinheiro de todos/as nós - as famigeradas Parcerias Público-Privadas, na Saúde -, vêm agora Passos Coelho e Paulo Portas, de TGV, fazê-lo de rajada.

Proliferam os roubos organizados dos Amadora-Sintra, por todo o País, e o povo paga para encher os bolsos dos grupos Melo, BES, BCP e quantos mais vão aparecer. A lógica é esta e nenhuma outra.

Mas, também aqui, o governo socialista de Carlos César segue o mesmo caminho, transformando o rigor e a transparência numa tal obscuridade, que mais parecem os buracos negros que a astrofísica estuda com tanto empenho.

Falo, evidentemente, do buraco negro em que se transformou o negócio do Centro de Radioterapia, nos Açores.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Que fique claro que não está em causa a necessidade imperativa deste serviço, nos Açores. O que repudiamos é a forma escolhida para a sua implementação. Expliquemo-nos:

Em primeiro lugar: - O Governo Regional decidiu-se, em finais de 2008, por uma parceria público-privada, com base num estudo económico que o negócio posterior não confirmou. Em segundo lugar: - o Governo Regional sempre se recusou a tornar público o contrato assinado com o consórcio em causa. Enquanto Grupo Parlamentar, pedimo-lo há um ano atrás, até hoje, sem sucesso. Ou seja, à transparência, o Governo disse nada. Em terceiro lugar: - a trapalhada em que o Governo Regional acabou por transformar a sua decisão política, culminou no muito pouco prestigiante parecer do Tribunal de Contas, o qual levanta dúvidas fundadas, que nem as explicações dadas, nesta Assembleia, pelo Senhor Vice-Presidente do Governo, apenas há dois dias atrás, conseguem esclarecer, cabalmente. Ou seja, rigor, nenhum.

Mas, o mais interessante, é a substância do negócio.

O estudo económico, por um lado, e a realidade após a efectivação do contrato, por outro, mostram 2 coisas. Primeiro: que, em termos financeiros, o ganho mensal para o erário público, se cifra em 6.300 euros por mês. Se isto for verdade (porque não conhecemos os detalhes da encomenda) é de todo injustificável que, um serviço desta importância, seja entregue ao privado e, portanto, sujeito a todas as vicissitudes negociais. Segundo: o pagamento ao privado faz-se de duas maneiras - uma fixa e outra variável, conforme o número de acções. Todos/as nós sabemos que o gigantesco roubo, no Amadora-Sintra, se concretizou nesta última modalidade. Previsivelmente, os 6.300 euros de poupança mensal estão condenados a submergirem a milhões de euros de derrapagem.

Sabendo nós que derrapagens, até 25%, são bem-vindas, nos Açores (para o PS, PSD e CDS), está tudo dito.

Mas, o mais inacreditável, num estudo económico, cujas conclusões o Governo Regional assume como suas, é nele afirmar-se que: "(...)o estabelecimento de uma PPP apresenta inúmeras vantagens(...), nomeadamente, o potencial para transferência de riscos do sector público para o sector privado(...)".

Isto é, perante a inexistência de vantagens financeiras, o Governo Regional decide a sua desresponsabilização pela segurança dos cuidados de saúde prestados, como factor aliciante para entregar, estes mesmos cuidados, a privados.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Conclusão: como qualquer acto médico não é isento de riscos, esta tese tecnocrática é a base para privatizar, a prazo, todo o serviço de saúde.

Desta maneira, a segurança na doença deixa de ser uma garantia do Estado. Aliás, o Governo Regional coloca-a ao nível de qualquer mercadoria, cuja deterioração passa a ser um mero problema de seguros.

Cabe, aqui e agora, perguntar: onde está a consciência social? O que está por detrás deste negócio com a vida e a segurança das pessoas?

É por estas e por aquelas, que os/as cidadãos/ãs se abstêm e se divorciam da política. E não há processo administrativo que ultrapasse o problema.

A verdade, a transparência, o rigor e o respeito são parte, fundamental, da solução.

Horta, 7 de Julho de 2011